

AL NOTÍCIAS



Impresso Especial
95143 7 2007 DP SC
Al FGC
... CORREIOS ...

Distribuição gratuita

Parlamentares vistoriam obras da BR-282



Alberto Neves

Nesta semana, uma comitiva composta por parlamentares integrantes do Fórum Permanente da BR-282 percorreu as obras de asfaltamento da rodovia, no trecho entre Campos Novos e São José do Cerrito. Os deputados tomaram conhecimento de todos os detalhes envolvendo as obras em andamento.

Considerada a espinha dorsal de Santa Catarina, a rodovia, quando concluída, ligará a Capital com o Oeste e a Argentina.

A obra está dependendo, prioritariamente, de reparos em dois pilares da ponte sobre o rio Canoas que sofreram ruptura em função do excessivo transporte de materiais necessários à própria pavimentação.

Página 3

Santa Catarina foi estado pioneiro na comemoração do Dia do Trabalhador

Páginas 6 e 7

Presidente da CCJ defende maior participação popular no Legislativo

Página 4

Ana Paula Lima é a primeira mulher a presidir o Parlamento catarinense



Jonas Lemos Campos

Em sua posse como presidente do Poder, a deputada Ana Paula Lima dedicou o cargo a todas as mulheres e assumiu o compromisso de conduzir o Parlamento com a mesma responsabilidade de seu titular, o deputado Julio Garcia.

O ato foi bastante prestigiado e contou com a presença do deputado federal Décio Lima, marido da deputada, da senadora Ideli Salvatti e dos deputados estaduais Pedro Baldissera, Décio Góes, Pedro Uczai e Dirceu Dresch, todos do PT.

Julio Garcia destacou que a posse da primeira mulher como presidente da Assembleia Legislativa será um marco na história do estado.

Página 10

Eduardo Guedes de Oliveira

O BRASIL EM DEBATE NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA



Caco Barcellos aborda a relação entre violência e mídia no país

Página 8

OPINIÃO

Emprego para todos

De todas as necessidades pessoais o emprego é a campeã absoluta. A tragédia da falta de oportunidades de trabalho soma-se à da alienação dos que acreditam na mágica de *geração espontânea* de empregos.

É generalizada a crença que o político ou tem a capacidade de gerar empregos ou tem o poder de influenciar quem gera, a dar, a quem pede, o emprego que, por força política, deve ser gerado. Aos que me procuram atrás dessa mágica, tento fazer compreender que os empregadores tradicionais são a iniciativa privada e o Estado.

A iniciativa privada depende, para empregar, das demandas do mercado; o Estado depende das demandas do serviço público. E ambos dependem de um mercado aquecido: o primeiro para vender seus produtos e serviços e o segundo para arrecadar e distribuir.

Num mercado aquecido, as pessoas que não procuram apenas empregar-se, mas empregar

conhecimentos e habilidades num mercado mais amplo; sem patrão, mas também sem os benefícios dos empregos tradicionais, optam, ou são forçados a uma terceira via.

O guru da administração, Peter Drucker, afirmava que essa era a via dos novos trabalhadores do século XXI ou *trabalhadores do conhecimento*. Outro guru, Charles Handy, afirma ser este o século dos *profissionais de portfólio*.

Essa seria a via de consultores e especialistas, detentores de competências que o mercado requer, por curtos ou longos períodos, para um ou para vários projetos. É a via dos que não procuram emprego e, sim, clientes para os seus talentos.

Os gurus asseguram tratar-se de um novo conceito de trabalho, embora essa terceira via seja velha conhecida dos trabalhadores autônomos e profissionais liberais.

No setor privado, no Estado, como trabalhador do conhecimento ou de portfólio, como profissional liberal ou autônomo,

ao fim e ao cabo, todos dependem de um Estado competente, capaz de articular as forças de mercado geradoras de oportunidades e de se auto-impor austeridade administrativa e foco nos resultados. Nesse sentido, e só nesse, é que o político pode gerar emprego.

O documento a "visão da indústria" aponta o que considera as causas do baixo crescimento da economia nos últimos dez anos, que dificulta a geração de empregos e a criação de uma sociedade mais justa, e propõe diversas medidas para dar dinamismo à produção.

Segundo a CNI, o preço de não fazer as mudanças será repetir, no próximo governo, o pífio desempenho econômico dos últimos dez anos. Nesse período, como lembra a CNI, o crescimento acumulado do PIB foi de 22,4%, menos da metade do que cresceu a economia mundial (45,6%).

Deputado Cesar Souza Junior (DEM)

Audiência Lula – LHS

A audiência entre o Presidente Lula e o Governador Luiz Henrique da Silveira repercutiu durante toda a semana passada na imprensa e no plenário da AL. O governador solicitou R\$ 2,2 bilhões ao Governo Federal, finalizando o documento entregue a Lula com a polêmica frase: "O governo de Santa Catarina está absolutamente sem recursos para investimentos e atendimento às demandas sociais e a progressão do quadro significará, inevitavelmente, dificuldade para o pagamento da folha dos servidores, dentre outros prejuízos a sociedade".

Faço alguns esclarecimentos sobre os pedidos do Governador para evitar injustiças em relação ao Presidente Lula:

IPESC: R\$ 650 milhões: propõe que o Tesouro Nacional troque os títulos em posse do IPESC, por outros, com resgates de maior prazo;

o que transferiria o problema para os próximos governos.

DÍVIDA: 7 milhões. Inserir o financiamento do BNDES no limite de 13% da Receita Líquida Real. Segundo o balanço de 2006 a dívida do Estado não está em 13% e sim 11,29%.

BESC: 210 milhões. O governo estadual quer receber pelas contas salários dos servidores públicos. Acreditamos que o Estado já "vendeu" as contas para a União quando federalizou o Banco; no entanto, estamos inteiramente solidários a uma solução para o BESC, via CEF ou BB.

FUNDO SOCIAL: R\$ 4 milhões. Solicitou contribuição da Petrobrás para o Fundo Social. A Petrobras deixa de se beneficiar do desconto de até 10% do recolhimento de ICMS-SC no total de 80 milhões mensais, já que está sendo questionada a inconstitucionalidade do

fundo no STF; uma vez que permite ao governador utilizar livremente os recursos, fugindo das obrigações constitucionais perante a saúde, educação e assistência social.

PREVIDÊNCIA: R\$ 400 milhões. O Estado quer antecipação dos valores das compensações previdenciárias. Cada vez que um servidor se aposenta, há um encontro de contas identificando quanto ele contribuiu para o INSS, que ressarcia ao IPESC. Processo que acontece caso a caso.

RESSARCIMENTO: R\$ 1 bilhão. Solicita ressarcimento dos investimentos em rodovias federais; sem fazer uma prestação de contas pública de onde foram aplicados os recursos. Lembro que, com o PAC, o Governo Lula anunciou e já está liberando investimentos que chegarão a R\$ 5,7 bilhões até 2010.

Deputado Décio Góes (PT)

Moçambique quer maior aproximação com SC

A presidente em exercício da Assembléia Legislativa, deputada Ana Paula Lima (PT), recebeu a visita do embaixador de Moçambique no Brasil, Murade Isaac Miguigy Murargy, no dia 24. Ele conheceu o município de Joinville, onde reuniu-se com empresários locais, e Florianópolis, onde, além da Assembléia, visitou também a Federação das Indústrias do Estado de Santa Catarina (Fiesc). "Temos relações privilegiadas com o Brasil e em Santa Catarina pretendemos firmar intercâmbios com jovens para projetos alternativos", disse Murargy. O encontro foi acompanhado pelos deputados Jailson Lima e Décio Góes, ambos do PT.

Sobre relações comerciais com Santa Catarina, ele destacou o interesse por setores como a produção

de aves e camarões. Moçambique é um dos mais importantes importadores do frango produzido em Santa Catarina.

Temas como saúde e política também foram abordados durante a visita. O embaixador de Moçambique afirmou que seu país enfrenta muitos problemas, como os altos índices de pobreza e analfabetismo, problemas que atingem pelo menos 50% dos moçambicanos. Na política daquele país, a notícia que mais agradou a presidente foi a participação da mulher. Murargy informou que os cargos de primeiro ministro e de vice-presidente do Poder Legislativo são ocupados por mulheres, que são também 30% do Parlamento. "Isso demonstra a força da mulher também na política", afirmou a deputada Ana Paula.

Solon Soares



Ana Paula, Jailson Lima e Décio Góes receberam o embaixador

[AGENDA]

• **27 de abril, 8 horas:** Lideranças políticas e empresariais de SC e RS vistoriam obras de duplicação do trecho-Sul da BR-101
Local: Osório (RS)

• **2 de maio, 19 horas:** Comissão de Turismo e Meio Ambiente - Audiência Pública para discutir a implantação do Jardim Botânico de Florianópolis
Local: Plenarinho Deputado Paulo Stuart Wright

• **3 de maio, 19h30:** Comissão de Transportes - Audiência Pública para discutir o projeto da Via Rápida/Via Expressa, que liga os municípios de Criciúma e Içara à BR-101
Local: Salão Paroquial 2ª Linha - Morro Bonito - Içara

Mesa



Presidente: Julio Garcia (DEM)

1º Vice-Presidente: Clésio Salvaro (PSDB)

2º Vice-Presidente: Ana Paula Lima (PT)

1º Secretário: Rogério Mendonça (PMDB)

2º Secretário: Valmir Comin (PP)

3º Secretário: Dagomar Carneiro (PDT)

4º Secretário: Antônio Aguiar (PMDB)

Assembléia na internet: <http://www.alesc.sc.gov.br>

Tiragem: 8 mil exemplares

Impressão: Diário Catarinense/Distribuição Gratuita

Diretoria de Comunicação Social



Diretora de Comunicação Social: Lúcia Helena Vieira

Coordenadora de Imprensa: Tayana Cardoso de Oliveira

Edição: Andrea Leonora e Cleia Maria Braganholo

Diagramação e Artes: Rafael dos Santos e Paulo de Tarso

Órgão informativo semanal do Poder Legislativo de Santa Catarina
Rua Jorge Luz Fontes, 310 - 88020-900 - Florianópolis - SC

CRÍTICAS E SUGESTÕES

Fone: (48) 3221-2750 / 3221-2751 - Fax: (48) 3223-7021

imprensa@alesc.sc.gov.br

Chefe de Redação: Rubens Vargas

Reportagens: Andreza Matos de Souza, Denise Arruda Bortolon, Graziela May Pereira, Marise Ortiga Rosa, Rose Mary Paz Padilha, Rodrigo Viegas, Sandra Annuseck, Scheila Dziedzic, Suzana Couto Tancredo, Tatiani Magalhães e Verlaine Silveira

Chefe da Fotografia: Jonas Lemos Campos

Fotógrafos: Alberto Neves, Carlos Kilian, Eduardo Guedes de Oliveira, Miriam Zomer e Solon Soares

Relações Institucionais: Edna Schumacker, Fabiana Faria, Jamile Machado, Janine Koneski de Abreu, Luciano de C. Oliveira, Maria do Carmo Kravchychyn e Stela Martins

Expedição: Celso João da Rocha, Marco Apolo de Freitas, Karina Azevedo das Neves, Mônica Meyer, Simone M. Alves e Soraia Boabaid

Estagiários: Aline Eni Moreira, Eliseu Baesso, Fabiano Vanderlei Rosa, Luana da Cruz, Robson Barbosa e Robson Ribas.

INSTITUCIONAL

Deputados voltam otimistas e elogiam obras da BR-282

União já garantiu R\$ 43 milhões para completar o trecho de Campos Novos a Vargem. Conclusão é prevista para 2008

Os deputados que integram o Fórum Permanente da BR-282, presidido pelo deputado Romildo Titon (PMDB), visitaram no dia 24 as obras de asfaltamento da rodovia, no trecho entre Campos Novos e São José do Cerrito. Segundo Titon, a obra já tem verba de R\$ 43 milhões assegurada pelo Orçamento Geral da União para completar o trecho de Campos Novos a Vargem. Mas faltam os recursos para o segundo trecho, de Vargem a São José do Cerrito, que, segundo o superintendente do Departamento Nacional de Infra-estrutura e Transportes (DNIT), João José dos Santos, estão garantidos para maio.

Também será liberada verba para reparar a ponte sobre o rio Canoas, na divisa dos dois municípios, que teve dois pilares comprometidos pelo tráfego de caminhões com excesso de peso.

Integraram o grupo na visita à BR-282 o relator do Fórum, deputado Reno Caramori (PP), Herneus de Nadal, Elizeu Mattos e Renato Hinnig, do PMDB, Jorginho Mello e José Natal Pereira, do PSDB, e Kennedy Nunes, líder do PP. Os parlamentares foram acompanhados também pelo engenheiro supervisor do DNIT em Lages Gervásio Marcinichn; pelo secretário

de Desenvolvimento Regional de Campos Novos, Alcides Mantovani; prefeitos de Campos Novos, Nelson Cuz (PMDB), de São José do Cerrito, Ruy de Amorim Ortiz (PMDB) e vice-prefeito de Vargem, Nelson Gasperin (PP), além de vereadores dos três municípios.

Conclusão

O deputado Reno Caramori, relator do Fórum da BR-282 e também presidente da Comissão de Transportes da Assembléia Legislativa, lembrou que, como parlamentar, desde 1991 luta pela realização desta obra. "Estamos muito contentes porque pudemos ver uma obra de qualidade excepcional, com pistas duplas nos elevados e em praticamente todo o trecho, numa base de 45 centímetros, toda reforçada."

Importante também, ressalta, é que os moradores da região não precisarão mais fazer uma volta de mais de 160 quilômetros para se deslocar de uma cidade a outra. "A conclusão da obra agora é irreversível. Os catarinenses esperaram por muitos anos a conclusão da espinha dorsal de Santa Catarina, de Paraíso e São Miguel a Florianópolis." Caramori disse estar certo de que em



Fotos: Alberto Neves

A qualidade do trabalho foi elogiada pelos parlamentares que esperam para breve o anúncio de mais recursos

curto prazo a União determinará a entrega da ordem de serviço para o trecho "que nos ligará definitivamente aos hermanos argentinos", comemorou.

Herneus de Nadal, que tam-

bém faz parte do Fórum, disse estar satisfeito em ver as obras em andamento. "Com certeza, com a disponibilidade de recursos do governo federal, vamos ver essa obra ligando o município de São Miguel

d'Oeste ao município de Paraíso e à província de Misiones, na Argentina. Nosso grande objetivo é formar o Corredor Bioceânico, ligando a costa do oceano Atlântico à costa do oceano Pacífico", concluiu.

Projeto prevê recuperação de pontes

A ponte entre Vargem e São José do Cerrito foi percorrida a pé pelos deputados, vereadores e técnicos que acompanharam a vistoria. Dali foram ver de perto o que aconteceu com a estrutura da ponte sobre o rio Canoas. Eles ouviram as explicações dos engenheiros do DNIT e a garantia de que a obra será concluída com os

reparos sendo feitos em caráter de urgência a partir do fortalecimento dos pilares avariados. Também está no orçamento a sua duplicação.

Segundo informou o engenheiro Gervásio Marcinichn, supervisor do DNIT em Lages, o pavimento que está sendo colocado na BR-282 é super-reforçado. "Esse pavimento é bem dimensionado,

com camada asfáltica porosa, para evitar a aquaplanagem, conforme se usa na Europa", conta o engenheiro.

Serão recuperadas as três pontes existentes no trecho em obras. Elas foram construídas em 1958, na época da implantação da estrada, e, quando foi feito o projeto de alargamento e pavimentação não houve preocupação com sua estrutura. "Chegamos à conclusão de que elas são insuficientes e será preciso o alargamento e o reforço. Para isso, será feito um termo aditivo no contrato", diz Marcinichn.

A obra estaria concluída em maio, não fosse o problema de ruptura dos dois pilares da ponte do rio Canoas. Isso atrasou as obras porque a usina que fornece a brita e outros materiais ficou do outro lado e os caminhões não têm como cruzar a ponte até que a travessia esteja restabelecida. A previsão é de 45 dias para os reparos.

Impulso para a economia da região

A vistoria das obras da BR-282 começou em Campos Novos, no Km 348, com o grupo percorrendo o trajeto até o município de Vargem, seguindo para a ponte sobre o rio Canoas, divisa do município. Nesse trecho, as obras estão em ritmo lento, mas várias máquinas estão colocando as camadas necessárias para o asfaltamento final. A situação é diferente a partir da ponte, até São José do Cerrito, onde o trabalho está parado. O prefeito Ruy Ortiz diz que muitas empresas estão interessadas em instalar-se em seu município. "Para isso a estrada precisa estar pronta. Nossa previsão para o futuro é de muitas indústrias funcionando aqui", garante Ortiz.

O deputado Romildo Titon lembra que esta é a primeira vez que o governo federal prioriza a

BR-282. "Trata-se da espinha dorsal de Santa Catarina, ligando a Capital com o Oeste e a Argentina. Quando estiver pronta, vai impulsionar a economia da região", prevê. O superintendente do DNIT, João José dos Santos, garante que a rodovia é prioridade para o governo federal, especialmente em função de sua importância econômica e para a integração de Santa Catarina. "O governo colocou esta obra no Programa de Aceleração do Crescimento, o PAC. Isso dá garantia total de recursos para este ano e para 2008, prazo previsto para a conclusão da obra. Já aplicamos em torno de R\$ 17 milhões de Campos Novos até Vargem, trecho que estará pronto em até quatro meses. Os recursos para o trecho entre Vargem e São José do Cerrito virão a partir de maio", informa.



Ponte sobre rio Canoas, que será reformada, foi avaliada pela comitiva.

INSTITUCIONAL

Entrevista/Romildo Titon

“Temos que primar pela legalidade”

O deputado Romildo Titon (PMDB) fala nesta entrevista exclusiva como é presidir a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), avalia a estrutura que dá suporte ao trabalho e a participação popular no processo legislativo

Andreza de Souza

AL Notícias – Qual o grau de responsabilidade do presidente de uma relevante comissão como a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ)?

Romildo Titon – A responsabilidade, não só do presidente, mas de todos os membros da comissão, é muito grande. A CCJ é o primeiro passo dado no processo legislativo, seja projeto de iniciativa do governo do Estado ou dos parlamentares, ele é analisado primeiramente nesta comissão para que se avalie sua constitucionalidade, se ele deve prosseguir em tramitação ou ser arquivado, dentro dos trâmites legais. Só depois disso o projeto segue para análise do mérito nas devidas comissões permanentes.

AL Notícias – Que tipo de matéria causa mais polêmica ao tramitar na Casa?

Romildo Titon – Todo o projeto em que se analisa a constitucionalidade, envolve também a questão do mérito. A maior polêmica é quanto a autoria do projeto, ou seja, a quem compete tratar o assunto. Isso porque, muitas vezes, os parlamentares querem legislar sobre uma matéria que é de interesse da sociedade, mas o projeto não pode ser apresenta-

do por um parlamentar, tem que ser de iniciativa do Executivo. Nestes casos, o resultado é o arquivamento da matéria por inconstitucionalidade ou por vício de origem, como chamamos. Quando isso acontece, é comum a frustração se instalar entre os parlamentares.

AL Notícias – Para o presidente da CCJ, como está preparado o corpo técnico da Assembléia para dar suporte aos trabalhos da comissão?

Romildo Titon – Eu acho que a Assembléia Legislativa tem uma estrutura muito boa, entre técnicos e advogados que militam na análise dos projetos, auxiliando os parlamentares na confecção dos pareceres. Na verdade, a equipe de técnicos parlamentares nos dá um respaldo muito grande no encaminhamento e nos pareceres dos projetos, o que garante maior confiabilidade ao final do processo.

AL Notícias – Como presidente, como o senhor lida com um projeto que, apesar de válido e importante, é inconstitucional?

Romildo Titon – Nós somos obrigados a basear os pareceres na análise da legalidade do projeto. Muitas vezes, sentimos que a iniciativa do parlamentar, em seu mérito, é positiva e importante para o estado, para os catarinen-

se. Mas não podemos agir de outra forma. Temos mesmo que primar pela constitucionalidade. É o que justifica a existência da desta comissão.

AL Notícias – A participação popular nas reuniões é pequena, exceto nas audiências públicas. Como mudar isso?

Romildo Titon – A participação popular acontece quando é provocada pelos parlamentares, principalmente em audiências públicas. É lógico que, nesses debates, são convidadas sempre as entidades organizadas, sindicatos, associações, empresários, ou seja, os representantes de cada setor. São estas entidades que fazem a mobilização popular. Acredito que a dificuldade que a grande massa encontra em participar dos atos da Assembléia está diretamente relacionada com a distância entre a Capital e o interior, um problema que tentamos diminuir levando o debate para outros municípios, de acordo com o assunto. A população entende a importância de participar e está mais presente.

AL Notícias – A comissão tem conhecimento de mais algum projeto que irá tramitar na Casa, ainda esse ano, com grande expressão?

Romildo Titon – Não. O mais badalado e que exigiu discussões profundas foi o da terceira reforma



Solon Soares

administrativa, com modificações no sistema e aperfeiçoamento na interiorização do governo através da descentralização, pelas secretarias regionais. Muitos projetos importantes, que dizem respeito a algumas categorias e a algumas obras determinadas, já entraram e estão tramitando na Casa sem qualquer dificuldade.

AL Notícias – Como foi a tramitação da reforma administrativa?

Romildo Titon – A reforma administrativa foi amplamente

debatida num trabalho em conjunto das comissões de Constituição e Justiça, Finanças e Tributação e Trabalho e Serviço Público, todas com atribuições pertinentes à matéria. Fizemos uma audiência pública bastante intensa onde oportunizamos o debate das entidades, dos sindicatos e dos deputados, que tiveram participação efetiva no aperfeiçoamento da reforma, através das emendas que foram apresentadas e das acatadas pelo relator, deputado João Henrique Blasi (PMDB).

Saiba mais

Nome: Romildo Luiz Titon

Idade: 52 anos

Natural de: Tangará

Partido: PMDB

Região do estado que representa: Meio-Oeste e Planalto-Sul

Atividade: Produtor rural

Legislaturas: em sua quarta legislatura, já presidiu também a Comissão de Educação, Cultura e Desporto e a Comissão de Saúde. Atualmente, é presidente do Fórum Permanente da BR-282 e da Comissão Mista Temporária que tratará de assuntos referentes aos quilombos e quilombolas em Santa Catarina.

Comissão de Constituição e Justiça

Presidente: Romildo Titon – PMDB

Vice-presidente: Marcos Vieira – PSDB

Membros: Cesar Souza Júnior – DEM

Darci de Matos – DEM

João Henrique Blasi – PMDB

Joares Ponticelli – PP

Narcizo Parisotto – PTB

Pedro Baldissera – PT

Pedro Uczai – PT

Chefe de secretaria da Comissão:

Robério Souza

Reuniões: Terças-feiras, às 9 horas

Email: ccj@alesc.sc.gov.br

Telefone: 3221.2571

A CCJ deve exercer a sua função legislativa e fiscalizadora, referente a:

- aspectos constitucional, legal, jurídico, regimental ou de técnica legislativa de projetos

ou emendas sujeitos à apreciação do Plenário da Assembléia;

- admissibilidade de medida provisória e de proposta de emenda à Constituição;

- assunto de natureza jurídica ou constitucional que lhe seja submetido em consulta pelo Presidente da Assembléia, pelo Plenário, por outra comissão, ou em razão de recurso previsto neste Regimento;

- assuntos relacionados aos princípios fundamentais do Estado, sua organização, organização dos Poderes e funções essenciais da Justiça;

- matérias relativas a direito constitucional, eleitoral, civil, penal, processual e notarial;

- registros públicos;

- desapropriações;

- intervenção municipal;

- criação de novos municípios, incorporação,

subdivisão, anexação e desmembramento de áreas de municípios;

- mudança temporária da sede do Governo;

- organização judiciária;

- licença do governador e do vice-governador para interromper o exercício de suas funções ou ausentar-se do Estado ou do País;

- licença para processar deputado criminalmente;

- regularidade processual na tramitação das proposições deliberadas pela Assembléia, propondo a forma de saneamento de qualquer imperfeição, e sobre a observância dos mandamentos constitucionais e regimentais;

- proposta de nulidade de proposição irremediavelmente viciada, constitucional ou regimentalmente, antes de elaborar sua redação final e

- redação final das proposições.

INSTITUCIONAL

Começa em Rio do Sul o Ciclo de Debates sobre Formação Política

Carlos Kilian



Peninha afirmou que ciclo é oportunidade única para classe política

A cidade de Rio do Sul foi a primeira a receber o Ciclo de Debates sobre Formação Política, no dia 20, promovido pela Assembléia Legislativa de Santa Catarina, por intermédio da Escola do Legislativo, com o apoio da União das Câmaras e Vereadores do Alto Vale do Itajaí (Ucavi). Os participantes debateram o papel do vereador, competências constitucionais de cada Poder e a importância do Regimento Interno e processo legislativo.

O evento visa qualificar os agentes políticos de todos os poderes executivos e legislativos municipais.

O presidente da Escola, Joares Ponticelli (PP), disse que "a Escola do Legislativo pode, quer e será um instrumento de valorização dos legisladores". O deputado Rogério Mendonça - Peninha (PMDB), representante da região do Alto Vale do Itajaí,

destacou a importância em receber o evento em Rio do Sul. "É uma oportunidade única para a classe política participar em cursos específicos como este", ressaltou.

Além de Ponticelli e Peninha, primeiro secretário da Assembléia, estiveram presentes o vereador José Nardelli (PMDB), presidente da Ucavi, a prefeita de Laurentino e primeira vice-presidente da Amavi, Ivete Terezinha Losi Dalpiaz (PP), o vereador Edson Fronza (PT), primeiro vice-presidente da União dos Vereadores do Estado de Santa Catarina (Uvesc), e o vereador Cláudio Cimardi (PMDB), presidente da Câmara Municipal de Rio do Sul.

A próxima cidade a receber o Ciclo de Debates sobre Formação Política será Chapecó, no dia 4 de maio. Informações adicionais e inscrições já estão disponíveis no www.alesc.sc.gov.br/escola.

Escola do Legislativo presente em Tijucas

As funções dos vereadores, direitos e deveres foi o tema da palestra proferida pelo chefe da Seção de Ensino a Distância da Escola do Legislativo, mestre em Sociologia Política, Clovis Nelson Pires da Silva, na noite do dia 19, na Câmara de Vereadores de Tijucas.

Ao falar durante a abertura oficial do evento, o deputado Joares Ponticelli (PP), presidente da Escola, disse que ainda é muito comum encontrar candidatos e até mesmo legisladores que não conhecem com clareza suas próprias funções.

A apresentação também contou com as presenças do presidente da Câmara de Tijucas, vereador Sérgio Murilo Cordeiro, do presidente da Associação dos Vereadores da Micro Região do Vale do Tio Itajaí Mirim e do Rio Tijucas (Avimti), vereador Dejair Machado, de vários presidentes e vereadores de câmaras de outros municípios.

UnoChapecó participa de fórum

Acadêmicos, dirigentes de instituições de ensino, deputados, prefeitos, vereadores e secretários municipais participaram, no dia 25, em Chapecó, de reunião do Fórum Permanente de Interiorização e

Expansão do Ensino Superior, da Assembléia Legislativa, a primeira fora do Palácio Barriga Verde.

Realizado na UnoChapecó, o encontro foi coordenado pelo deputado Herneus de Nadal, pre-

Fernanda Dreier/Divulgação



Herneus de Nadal: mais vagas para alunos economicamente carentes

sidente do fórum, e teve a presença também do deputado Serafim Venzon, do secretário de Desenvolvimento Regional Hélio Francisco Dal Piva e de dirigentes da UnoChapecó, e faculdades Celler, de Xaxim, Exponencial, de Chapecó, e FAI, de Itapiranga

Ao abrir a reunião, Nadal ressaltou que a finalidade do fórum é construir bases de um projeto que possibilite a expansão do ensino superior com oportunidades de acesso a maior número de alunos. Uma das alternativas indicadas no encontro para ampliar a gratuidade no ensino superior foi a compra de vaga pelos governos estadual e federal, nas instituições não estatais, para destiná-las aos alunos economicamente carentes.



CONHEÇA O LEGISLATIVO

COORDENADORIA DE TAQUIGRAFIA

A Assembléia Legislativa tem em sua estrutura a Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário e, desde 2001, passou a contar também com a Coordenadoria de Taquigrafia das Comissões, ambas subordinadas à Diretoria Legislativa. A coordenadora da Taquigrafia das Comissões, Ione Terezinha Reis de Melo, resume bem a função: "a taquigrafia é a arte de escrever tão rápido quanto se fala".

Os taquígrafos trabalham em forma de rodízio, sendo que cada profissional captura o discurso por cinco minutos, anotando cerca de cem palavras por minuto. Depois é feita a tradução e a transcrição para o computador. Após isso, o texto passa pela revisão, pela montagem da ata e pela leitura final. Por fim, vai para a Coordenadoria de Publicação, onde é transformado em documento oficial.

Ione explica que, para acompanhar as audiências públicas realizadas no interior do Estado, quatro funcionários se deslocam para o município, organizam todo o material deixando as anotações separadas, utilizando recursos de áudio, documentos, leituras e anotações referentes a nomes e siglas citadas durante o evento, garantindo a qualidade do trabalho."

Os taquígrafos (as) da Coordenadoria de Taquigrafia do Plenário também participam de eventos realizados fora do Plenário, conforme a coordenadora em exercício, Nádia Regina Pereira. "Nossa função é a execução das atas de sessões plenárias, solenes e especiais. Basicamente, fazemos o acompanhamento de tudo o que os parlamentares fazem".

ATRIBUIÇÕES:

TAQUIGRAFIA DAS COMISSÕES:

- executar apanhamentos, taquigráficos nas audiências públicas das comissões e nas reuniões das CPIs realizadas na Casa e no interior do estado, para posterior tradução e digitação;
- aperfeiçoar os textos registrados, visando à correção gramatical, e as respectivas pesquisas de siglas, nomes próprios e demais informações;
- compor a ata, com os respectivos encaixes,
- encaminhar às comissões competentes, através da Coordenadoria das Comissões, as atas para publicação.

TAQUIGRAFIA DO PLENÁRIO:

- fazer gravações em fitas magnéticas e em sistema digital das sessões plenárias e demais eventos, para servir de comprovação quando necessário, e, posteriormente, fazer a transcrição dos assuntos de interesse da Assembléia Legislativa e de outros Poderes constituídos;
- traduzir e digitar os dados apanhados taquigraficamente, procedendo à revisão e supervisão dos trabalhos e elaborando as atas competentes;
- aperfeiçoar os textos registrados taquigraficamente, visando sua correção gramatical, sem prejuízo do pensamento e do estilo do orador;
- elaborar ementas de requerimentos, moções e pedidos de informação da Ordem do Dia das sessões plenárias;
- elaborar sumário dos discursos, apartes e demais intervenções "pela ordem" dos Parlamentares durante as sessões da Assembléia Legislativa;
- compor as atas das sessões ordinárias, especiais, solenes e extraordinárias e encaminhá-las para publicação no Diário da Assembléia;
- disponibilizar as atas das sessões plenárias na rede interna da Assembléia Legislativa;
- coordenar o sistema de som do Plenário da Assembléia Legislativa e de eventos autorizados pelo Gabinete da Presidência.

Fonte: Coordenadorias da Taquigrafia do Plenário e da Taquigrafia das Comissões

COMISSÕES

Santa Catarina foi o primeiro estado a oficializar o Dia do Trabalhador

Centro de Memória da Assembléia Legislativa guarda relíquias sobre as relações trabalhistas em Santa Catarina. Em pesquisa recente foram encontrados decretos determinando como lidar com “criados e criadas” e determinando prisão para os casos de abandono do emprego

Verlaine Silveira

Preciosos documentos têm sido descobertos a cada ano pelo Centro de Memória da Assembléia Legislativa. Com a recuperação física das folhas, recuperam-se também importantes trechos da história do Estado.

Documentos recentemente localizados pela técnica do setor Marli Lima Barroso, durante pesquisa do AL Notícias, mostram dois decretos que marcam a história do trabalho em Santa Catarina. Um é de 1903 e implanta oficialmente o dia 1º de maio como o Dia do Trabalhador. O outro é de 20 anos antes e está sendo considerado pelos pesquisadores como a mais antiga normatização de trabalho de que se tem notícia no Estado. Trata-se do Regulamento para o Serviço de Criados, emitido pela Assembléia Provincial em 22 de maio de 1883, pelo Decreto nº 80, assinado pelo 1º secretário da Casa, Lery Santos –Souza Pinto.

Pelo artigo 1º do decreto, as normas destinam-se a “criado ou criada livre ou escravo”. Já o artigo 2º, estabelece que, para isso, o livro de registros de inscrição desses criados ficará disponível junto à Secretaria de Polícia.

Mas é o artigo terceiro que mais chama a atenção, pois é ele que configura a primeira normatização propriamente dos trabalhadores da Província de Santa Catarina.

Diz o artigo: “Ninguém poderá exercer a ocupação de criado (a) sem inscrever-se no registro e sem possuir uma caderneta, que deverá conter a cópia deste regulamento, o número de inscrição, nome, idade, filiação, naturalidade, Estado, classe de ocupação do criado e o domicílio onde estiver prestando o serviço”.

Outras disposições do decreto

também se destacam por serem as mesmas que regem atualmente a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Por exemplo, o artigo 13 trata da dispensa dos criados, o 19 diz como deve ser o contrato de menores e o 23 prevê que o criado que abandonar o emprego sem aviso prévio “sofrerá multa ou prisão por cinco dias”.

O artigo 18 diz que “o criado deverá receber os vencimentos até cinco dias do tempo convencionado, caso contrário, haverá multa estabelecida”, que era o pagamento do dobro do salário. Hoje, esse prazo é “até o quinto dia útil de cada mês”.

Atenção

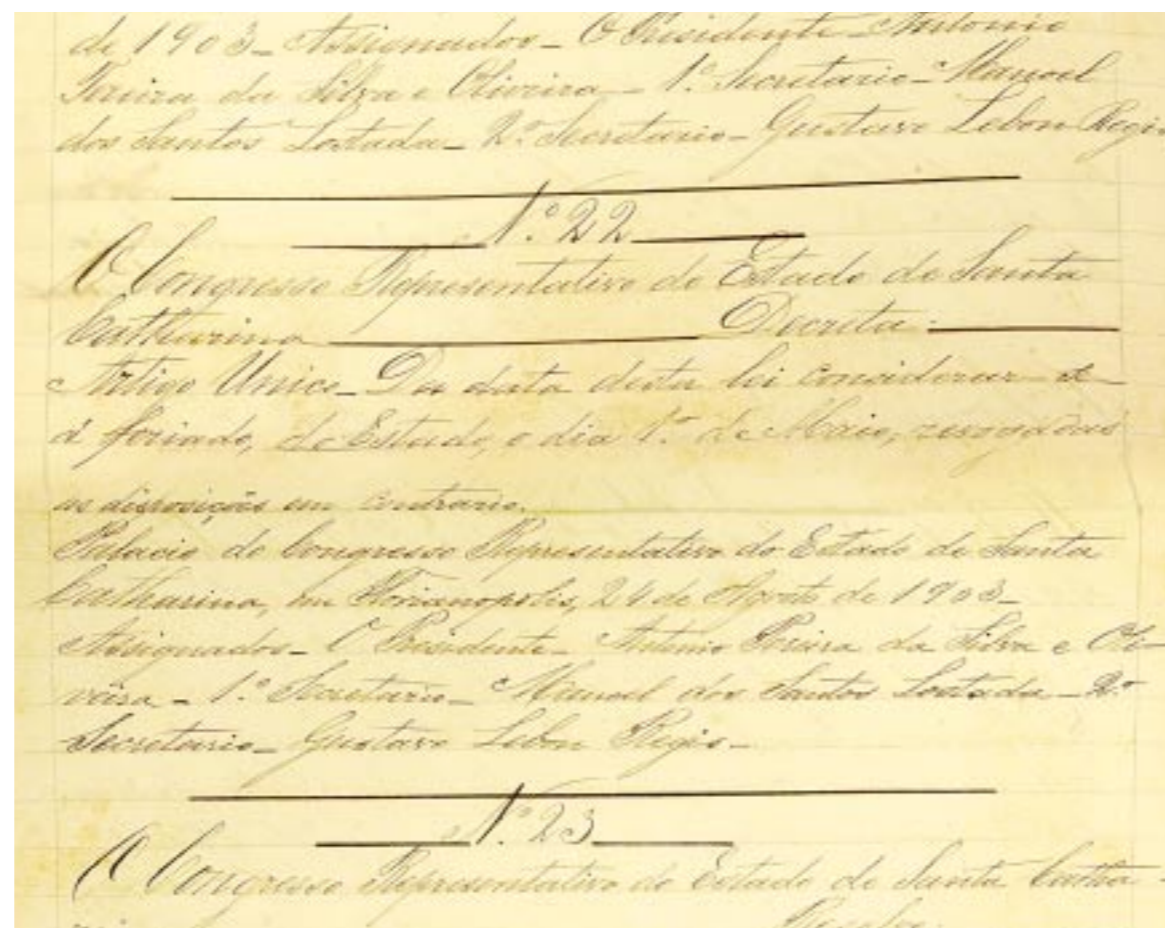
Leis aprovadas pela Assembléia mostram o cuidado dos legisladores com o trabalhador ao longo da história. A Lei nº 369, de 15 de dezembro de 1949, por exemplo, consolida disposições legais do Montepio dos Funcionários públicos do Estado, instituído em 1909 para auxiliar, após o falecimento dos funcionários, a manutenção de suas famílias com pensões mensais.

Outro exemplo é a Lei nº 13.271, de 10 de janeiro de 2005, redigida pelo então deputado José Paulo Serafim (PT) e sancionada pelo governador Luiz Henrique da Silveira (PMDB), que instituiu o dia 11 de outubro como o Dia Estadual de Combate ao Trabalho Infantil no Estado de Santa Catarina.

Mais recentemente, no dia 27 de março deste ano, o Poder aprovou, por unanimidade, projeto de autoria do Executivo que concede aposentadoria especial para o corpo feminino da Polícia Militar. Desta forma Santa Catarina passou à vanguarda entre os estados brasileiros, garantindo o benefício da aposentadoria aos 25 anos de serviços prestados.



Antônio Pereira da Silva Oliveira foi senador do país na República Velha e presidente da Assembléia Provincial de Santa Catarina. Nesta condição, assinou a lei que transformou a data em feriado estadual, conforme mostra réplica do documento ao lado



Os catarinenses foram os primeiros a ter um decreto, assinado pelo Poder Legislativo, reconhecendo o dia 1º de maio como data de comemoração e de reflexão por parte dos trabalhadores.

Foi Antônio Pereira da Silva e Oliveira

que teve essa iniciativa, como presidente da Assembléia Provincial, em 1903. O Decreto nº 22 diz que o Congresso Representativo do Estado de Santa Catarina decretava, a partir da data da lei, que o dia 1º de maio seria considerado feriado.

Assinaram o decreto, pelo Palácio do Congresso Representativo de Santa Catarina, em 24 de agosto de 1903, o presidente do Legislativo, Antônio Pereira da Silva e Oliveira, o 1º secretário, Manoel dos Santos Lostada, e o 2º secretário, Gustavo Lebon Régis.

Mudanças acompanham evolução tecnológica

As lutas dos trabalhadores por melhores condições e jornadas mais justas de trabalho começaram com força no século 19, passaram por inúmeras alterações no século 20 e estão se transformando ainda mais neste século 21. Hoje, essas mudanças estão relacionadas, em sua maior parte, à revolução tecnológica.

O mestre e advogado trabalhista Prudente José Silveira Mello faz uma análise de todo o processo e lembra que foi no século 20 que se consagraram os direitos trabalhistas. Um dos mais importantes foi justamente o que

garantiu a redução da jornada de trabalho. “Muitos trabalhadores, homens, mulheres e crianças, por vezes tinham uma jornada, na produção, de até 16 horas diárias, em ambiente quase sempre insalubre”, conta.

Nova dinâmica

A luta inicial do operariado combina a criação de partidos políticos com um movimento sindical forte que foi ganhando força ao longo do tempo. “Houve momentos históricos em que a classe trabalhadora teve papel

preponderante no exercício do poder, no processo de transformação histórica”, analisa o mestre.

As relações de bem-estar social, diz Prudente, combinadas com uma política de direitos sociais, só passaram a vigorar após a Segunda Guerra Mundial, porque a Europa estava entre dois modelos, o capitalista, dos Estados Unidos, e o socialista, da União Soviética. Na transição para o século 21, houve uma mudança no padrão do processo produtivo, uma nova dinâmica nas relações de trabalho.

Hoje, além da competitividade,

há uma preocupação com a distribuição de resultados, de lucros. Isso implica também numa aceleração do processo produtivo.

Como reflexo, muitas vezes essa competição recai na saúde do trabalhador, que desenvolve novas doenças, a exemplo das Lesões por Esforço Repetitivo (LER) e dos Distúrbios Osteomusculares Relacionados ao Trabalho (DORT). “Nós vivemos, neste processo de transformação em que o carro-chefe é o computador, a terceira revolução industrial, que é a tecnológica. E esta etapa está apenas começando.”



Políticas de direitos sociais vigoram desde o fim da Segunda Guerra Mundial. Mas ainda são muitos os que precisam sobreviver na informalidade

Líderes avaliam o momento

“Esta data é um marco importante. A busca por melhores condições e redução na jornada de trabalho foi a motivação inicial para a luta. Apesar dos constantes avanços, ainda temos muito a conquistar, quando se trata do bem-estar e da justiça social. Acredito que a união, a força e a coragem do trabalhador definem a importância e a magnitude do dia 1º de maio.”

Deputado Onofre Agostini (DEM), presidente da Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público

“O trabalhador brasileiro vive uma realidade cruel. Apesar de alguns avanços, temos muito a fazer na saúde, na educação e nos serviços sociais. Num Brasil onde a classe média, não tendo mais a certeza de que diploma garantirá uma vida tranquila, entrega-se de corpo e alma aos concursos públicos e um enorme contingente sobrevive na insegurança da informalidade para garantir o pão de cada dia, comemorar o quê?”

Deputada Odete de Jesus, líder do PRB

“Nós catarinenses somos privilegiados. Podemos comemorar o dia do trabalhador com boas conquistas neste campo no estado. O mês de março registrou crescimento de 36% nas vagas de emprego. Mas este resultado não se repete em todos os estados. Nós, legisladores, devemos trabalhar para que as conquistas dos trabalhadores continuem sendo respeitadas, incluindo boas condições de trabalho e oportunidades para todos”.

Deputado Marcos Vieira, líder do PSDB

“Constatamos com tristeza o atrelamento de algumas centrais sindicais ao Ministério do Trabalho, lutando por cargos, criando subordinação dos partidos que são a base do governo federal. Somos democráticos e defendemos que a classe trabalhadora continue sua luta de forma independente. Queremos uma sociedade mais justa, fraterna e sem exploração. Parabéns aos trabalhadores pelo seu dia. E que a luta continue.”

Deputado Professor Sérgio Grando, líder do PPS

“O trabalho é a o mais nobre componente da função produtiva de qualquer sociedade. Mais que um dia de comemoração, o 1º de maio é uma data de reflexão. Atravessamos um momento em que conquistas da classe trabalhadora brasileira estão em risco no cenário político. Bandeiras históricas do meu partido, num legado de Getúlio Vargas. Direitos que grande parte dos cidadãos não têm simplesmente porque não conseguem colocação no mercado”

Deputado Narcizo Parisotto, líder do PTB

“A melhor maneira de construir o futuro é participando dele. É assim que o trabalhador obtém suas conquistas. Lutando por melhores condições de trabalho, unindo forças e coragem para seguir em frente, mesmo nas adversidades. Nada mais justo do que homenagear o trabalhador, sabendo que há muito a ser feito. E o dia 1º de maio é uma data referência para pensar, analisar e lutar por uma melhor condição de vida.”

Deputado Gelson Merísio, líder do DEM

“Acredito que o 1º de maio marca a luta dos trabalhadores pela manutenção de direitos históricos, alcançados depois de mais de um século de lutas contra a injustiça e a exploração. É também um momento oportuno para a reflexão sobre as condições de trabalho. Os empregadores precisam compreender que o retorno e o crescimento de qualquer empreendimento passa pela valorização dos trabalhadores, sejam urbanos ou rurais.”

Deputado Padre Pedro Baldissera, líder do PT

“Entendemos o 1º de maio como o dia da consciência da classe trabalhadora. Não é propriamente um dia de festas, mas de organização e reflexão sobre a necessidade imperativa da classe trabalhadora se reaglutinar, se reorganizar para defender os seus direitos. É necessária a construção de uma sociedade que seja dirigida por aqueles que, de fato, produzem a riqueza: a nossa imensa e generosa classe trabalhadora.”

Deputado Sargento Amauri Soares, líder do PDT

“Como ex-agricultor e caminhoneiro, sei do esforço de quem levanta cedo e luta dia após dia para sustentar a família. Hoje, como deputado, continuo na labuta a fim de servir aos trabalhadores catarinenses. Neste dia 1º de maio, parabéns ao cidadão que sustenta Santa Catarina e tanto dignifica o Estado. Seja no campo, nas estradas, nas indústrias ou auxiliando a população necessitada. Afinal, o trabalho dignifica o homem”.

Deputado Manoel Mota, líder do PMDB

“Este deve ser um momento para que se possa refletir sobre as reais condições do trabalho no Brasil; se nossos jovens estão encontrando oportunidades do primeiro emprego, se as mulheres estão recebendo salários mais justos em relação aos homens, se os nossos idosos, ainda com muitas condições de contribuir para com o país, estão sendo aproveitados. Esta reflexão seria, pelo menos, mais produtiva do que os simples parabéns.

Deputado Kennedy Nunes, líder do PP

Origem da data remonta a 1886

O 1º de maio é comemorado como Dia do Trabalhador na maioria dos países industrializados desde o final do século XIX, em homenagem a oito líderes trabalhistas norte-americanos que morreram enforcados em Chicago (EUA), no ano de 1886.

Em 1895, o Centro Socialista da Cidade de Santos (SP) começou a comemorar a data no Brasil. Oito anos depois, aconteceu a primeira manifestação pública do 1º de Maio, na então capital do país, Rio de Janeiro, com a participação de 12 mil pessoas.

PLENÁRIO

Eduardo Guedes de Oliveira



Jornalista Caco Barcellos fala sobre violência na abertura do “Brasil em Debate”

Programa prevê encontros mensais para discutir com a população os principais temas que preocupam o estado e o país

Rodrigo Viegas

O premiado jornalista e escritor Caco Barcellos abriu, no dia 23, a série de encontros promovidos pela Assembléia Legislativa dentro do programa O Brasil em Debate, que tem apoio institucional da Associação Catarinense de Imprensa e do Sindicato dos Jornalistas Profissionais de Santa Catarina. Ele falou sobre o tema Violência e Mídia no Brasil para um público de quase mil pessoas formado por autoridades, imprensa, estudantes e sociedade em geral. Com a lotação do auditório Antonieta de Barros esgotada, a direção da Casa montou um telão no hall da Assembléia para comportar todos os interessados em acompanhar a palestra. Uma platéia atenta que por várias vezes foi levada do riso à perplexidade com as muitas histórias contadas pelo jornalista.

Caco Barcellos disse que não pretende traçar um perfil dos criminosos, mas promover uma reflexão sobre o papel da sociedade organizada no cenário da violência. Uma abordagem que, reconhece, causa desconforto, algo necessário para que se atinjam diversas vias de discussão, a começar pelo próprio comportamento da mídia, primeiro alvo de suas críticas. A euforia e os momentos de brilho alcançados por conta das denúncias feitas pelos veículos de comunicação foram questionados pelo jornalista: “esses fatos, levados ao conhecimento do público, são resultantes de um jornalismo investigativo?”

Versões

O próprio Barcellos respondeu: não acho que sejam. “Estamos praticando jornalismo declaratório, não investigativo. A diferença entre uma dinâmica e outra é muito grande. No jornalismo investigativo,

existe uma evidente obrigatoriedade de se ouvir todas as versões para os fatos. E o acusado precisa ser respeitado, já que todo o ônus cai sobre ele.”

Dizendo-se pouco à vontade quando utilizada a expressão “quarto poder” para falar da imprensa, ele justificou salientando os muitos erros cometidos pela grande imprensa brasileira. “Erros que vêm mais pela arrogância do que pela incompetência. Se bem que a arrogância costuma esconder incompetência”, afirmou. Para Barcellos, não basta admitir erro e contar a história novamente, porque mexer com a honra das pessoas merece cuidado extremo. “É mais ou menos o mesmo cuidado que a polícia precisa ter.”

O papel da polícia mereceu atenção especial do jornalista, autor do livro Rota 66, centro de grande repercussão por denunciar os assassinatos cometidos por parte da polícia paulista. “A Polícia Federal tem se mostrado eficiente, elaborando longos trabalhos de investigação e colocando em xeque pessoas poderosas. Em muitas redações também temos essa postura, com cuidado e eficiência, apurando, investigando e interrogando. Mas, assim como algumas corporações policiais, algumas redações também estão contaminadas com o jornalismo declaratório, utilizado para fins pessoais, econômicos ou políticos.”

Há 30 anos, quando começou seu trabalho, o jornalismo investigativo era discriminado. Hoje o cenário mudou. A tarefa é considerada nobre, de interesse público. E neste ponto Barcellos levantou mais uma questão: “é interesse público ou vende mais jornal?”

No campo da segurança pública, o jornalista foi enfático ao afirmar que enquanto o Estado brasileiro for conivente com o homicídio em massa da população

carente, menos favorecida, ninguém vai deter o avanço da violência. No Rota 66, Barcellos apurou 4.200 mortes de jovens pobres com envolvimento de policiais militares e em nenhum dos casos houve condenação. “Matamos 48 mil pessoas por ano. Os brasileiros não agradem ninguém, não entram em guerra contra nenhuma nação. Só matam a si mesmos”, alertou. “País que não admite nem discussão em torno da pena de morte, mas admite morte não oficial pelas mãos da polícia, caminha para uma guerra civil. No Brasil a polícia mata mais que assaltantes e a imprensa deveria ter como dever noticiar isso. Mas, para tanto, é preciso contextualizar os fatos e isso dá muito mais trabalho e exige muito mais tempo”, ironizou.

Guerra civil

Lamentando o fato de em muitos lugares do país não se ter acesso à cidadania, Barcellos disse que essa guerra civil que vivemos não causa estranheza, “pois é resultado da dicotomia, da ineficiência, da incompetência, da omissão que temos enraizadas. Hoje não se sobe mais nos morros do Rio de Janeiro. Como se vira às costas para 4 milhões de pessoas? Quando vejo tiros nos morros do Rio eu não gosto, me sinto acuado, mas entendo”.

Cansado de apontar deficiências e incongruências, o jornalista levantou a bandeira de que se cada segmento da sociedade se envolvesse um pouco, os resultados positivos apareceriam. “País que não respeita a vida tem muita dificuldade de interromper o processo que gera alto índice de criminalidade.”

Para finalizar, o jornalista fez um pedido: “Precisamos de um país menos cruel com os jovens da periferia.”

Repórter em tempo integral



Caco Barcellos obteve destaque no jornalismo investigativo, em documentários e grandes reportagens sobre injustiça social e violência. Antes de ingressar na Rede Globo, onde trabalha atualmente, foi repórter de revistas como Isto É e Veja.

É o autor dos livros *Rota 66* - obra ganhadora de oito prêmios de direitos humanos e o Prêmio Jabuti de literatura -, *Abusado*, um relato sobre o tráfico nos morros cariocas que lhe valeu mais um Grande Prêmio Jabuti, e *Nicarágua: a revolução dos meninos*, sobre o movimento sandinista.

O jornalista foi vencedor de mais de 20 prêmios por reportagens especiais e documentários produzidos pela televisão, entre os quais o Prêmio Vladimir Herzog, concedido por uma reportagem sobre os 20 anos do atentado no Riocentro, durante o governo militar.

COMISSÕES

Jovem infrator ou jovem vítima?

Questionamento permeou a audiência pública sobre redução da maioria penal realizada na Assembléia

A Assembléia Legislativa vai encaminhar ao Senado uma Moção pedindo a retirada de pauta dos projetos que discutem a redução da maioria penal. A decisão foi tomada durante a audiência pública "A Redução da Maioridade Penal e as Políticas Públicas para a Juventude", realizada no dia 25, no Plenarinho Paulo Stuart Wright, em ação conjunta das comissões de Direitos e Garantias Fundamentais, de Amparo à Família e à Mulher e de Segurança Pública.

O aspecto polêmico do tema motivou uma grande participação. Além dos deputados Dirceu Dresch (PT), presidente da Comissão de Segurança Pública, Ada De Luca (PMDB) e Pedro Uczai (PT), presidente e vice-presidente da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, respectivamente, Odete de Jesus (PRB), Professor Sérgio Grando (PPS) e Sargento Amauri Soares (PDT), participaram também o Capitão Paulo Carvalho, representante da Polícia Militar, Gilberto Polli, representante do Ministério Público Estadual, o bispo Ireno Lucas e o padre Wilson Groh.

Ada de Luca destacou que, das propostas de redução da maioria penal que a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado avalia, quatro reduzem a maioria de 18 para 16 anos, e uma para 13 anos, em caso de crimes hediondos.

A parlamentar sugeriu a realização de plebiscito sobre o assunto, idéia rejeitada por Uczai, proponente da audiência. Ele acredita que, por conta da influência da mídia, o tema não seria discutido em profundidade, podendo levar a sociedade a uma decisão errônea.

Opiniões

Dresch afirma que o caos da segurança pública reflete a visão punitiva do Estado, em contraponto às ações preventivas e educativas. Para a presidente do Conselho Municipal da Criança e Adolescente da Capital, Alexandra Márcia de Oliveira, os adolescentes infratores são as verdadeiras vítimas, pois tiveram negados seus direitos básicos.

A mudança da lei está sendo proposta, na opinião do Capitão da PM Paulo Carvalho, por questões emocionais, exacerbadas pelo caso trágico do menino João Hélio, arastado até a morte por ruas do Rio de Janeiro. Já o bispo Ireno Lucas, defende a redução da maioria penal como forma de acabar com

a sensação de impunidade. "Mas só punir não resolve", admite. O Padre Wilson Groh, que há 30 anos trabalha com adolescentes, diz que este processo precisa se basear na discussão sobre a criminalização da pobreza.

Gilberto Polli, do Ministério Público, explicou que a redução

da maioria penal seria uma ação inconstitucional, por se tratar de uma cláusula pétrea da Constituição Brasileira e uma garantia individual. E questionou: "é justo colocar um adolescente, cuja personalidade ainda está sendo formada, num sistema prisional falido como o nosso?".

Jonas Lemos Campos



Moção do Parlamento catarinense contrária à medida será encaminhada ao Senado

Jornada Maria da Penha faz primeira reunião e define atividades

Jornada Catarinense Maria da Penha é a denominação do evento que visa reunir entidades que desenvolvam programas voltadas às mulheres para a construção de políticas públicas que previnam e coibam a violência doméstica e familiar no Estado. É uma atividade da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais, presidida pela deputada Ada de Luca (PMDB).

Na primeira reunião da jornada, no dia 23, a parlamentar classificou o assunto como de extrema importância por conta do aumento dos índices de violência contra a mulher. "Esse tipo de violência acontece em todas as classes sociais, religiões e raças. É um problema de todos e precisa ser combatido."

Representando o Ministério Público, a procuradora Vera Lúcia Copetti explicou que o tratamento preventivo é um sistema novo para o órgão. "É importante salientar que devemos lutar muito em relação às redes de apoio, caso contrário nosso trabalho fica vazio. Esse sempre foi o nosso maior problema". Vera ainda comentou que as redes de apoio devem proporcionar maior independência às mulheres.

Outra sugestão apresentada na



Patrícia Jacomet/Divulgação

Ada de Luca disse que encontros vão se estender até o final de novembro

reunião foi a aplicação de penas alternativas, com o acompanhamento do agressor a entidades que fazem o auxílio à mulher agredida. A sugestão foi apresentada pela representante da Associação da Mulher Policial Civil do Estado, Marisa Pecats.

Após as manifestações, foi criada uma comissão com o objetivo de confeccionar um pré-projeto que deverá ser apresentado na próxima reunião da Jornada Maria da Penha, marcada para o dia 7 de maio. A instância será formada por dois representantes de organizações civis, dois de organiza-

ções governamentais, além da Comissão de Direitos e Garantias Fundamentais.

As jornadas serão realizadas até o mês de novembro. No dia 25 de novembro, Dia da Erradicação da Violência Contra a Mulher, haverá a participação de delegações das regiões visitadas pela jornada. Será apresentado, então, um relatório final com sugestões de projetos de lei e programas de políticas públicas para as Mulheres Catarinenses. Conforme Ada de Luca, a mulher que deu origem ao nome da Lei Maria da Penha será convidada para este evento.

Saúde vai promover audiências públicas

Na reunião da Comissão de Saúde do dia 24, presidida, na oportunidade, pelo deputado Jailson Lima (PT), foi aprovada a realização de quatro audiências públicas. No dia 14 de maio, por solicitação dos deputados Antônio Aguiar (PMDB), Ana Paula Lima (PT), Serafim Venzon (PSDB), Dárgmar Carneiro (PDT) e Jailson Lima, será debatido o reajuste da tabela do Sistema Único de Saúde (SUS). A intenção é buscar uma adequação às necessidades apresentadas.

A situação do Serviço de Atendimento Médico de Urgência (SAMU) em Blumenau e na região é o assunto de outra audiência pública a ser promovida em Blumenau, a pedido de Ana Paula. Ela explica que são inúmeras as reclamações sobre a necessidade da ampliação da frota do SAMU para atender a comunidade e que possui informações, vindas da Coordenadoria Geral de Urgência e Emergência, do Ministério da Saúde, de que o governo federal apoiará a ampliação da frota do SAMU em Santa Catarina. projeto", argumenta.

Por solicitação do Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Fe-

deral de Santa Catarina (Sintufsc), a Comissão de Saúde irá promover uma audiência pública conjunta com a Comissão de Educação para debater a possibilidade de mudança do estatuto jurídico dos Hospitais Universitários, por parte do governo federal. A medida permitiria que fossem atendidos convênios privados, transformando-os em fundação estatal de direito privado, segundo alegam os servidores. Eles afirmam ainda que, se isso acontecer, os HUs perdem a plena condição de hospitais-escola. Hoje o HU é o único hospital do Estado a atender somente pelo SUS. Com a participação de segmentos representativos das farmácias e dos supermercados, será realizada audiência pública para a discussão do Projeto de Lei nº 62/07, de autoria do deputado Gelson Merísio (Democratas). A matéria propõe regulamentar a autorização para as farmácias e drogarias comercializarem mercadorias de caráter não-farmacêutico. A Comissão de Saúde aprovou ainda projeto de lei da deputada Odete de Jesus (PRB), que inclui no Calendário Oficial de Santa Catarina a Semana do Aleitamento Materno.

PLENÁRIO

Mulher assume presidência do Parlamento catarinense

No comando da Assembléia, Ana Paula apresentou dois projetos de lei voltados às mulheres

Jonas Lemos Campos



Garcia passou presidência para Ana Paula. Interinidade vai até 2 de maio

Pela primeira vez na história da Assembléia Legislativa, uma mulher assume a presidência do Parlamento catarinense. No dia 23, o presidente Julio Garcia (Democratas) se licenciou, por motivos particulares, e transmitiu o cargo para a deputada Ana Paula Lima (PT), segunda vice-presidente da Casa. O primeiro vice-presidente, deputado Clésio Salvaro (PSDB), não assumiu por estar em viagem oficial aos Estados Unidos.

A posse da parlamentar foi bastante prestigiada. Compareceram a senadora Ideli Salvatti (PT/SC), os deputados estaduais, também do PT, Pedro Uczai, Jailson Lima, Décio Góes, Dirceu Dresch e Pedro Baldissera, o deputado federal Décio Lima (PT/SC), marido

de Ana Paula, e a presidente do Instituto Catarinense de Estudos Sócio-Políticos e Econômicos, (Icesp), Zuleika Lenzi. A interinidade segue até o dia 2 de maio.

Julio Garcia disse que este momento vai marcar a história do Poder. "Nesses 135 anos tivemos importantes deputadas, como Antonieta de Barros, Ideli Salvatti e Luci Choinacki, mas nenhuma chegou à Presidência. Este momento é fruto da transparência do Poder Legislativo nos últimos anos e a deputada Ana Paula tem se mostrado competente, guerreira e preparada", destacou.

Ao agradecer a confiança, Ana Paula dedicou o cargo a todas as mulheres catarinenses e afirmou que vai conduzir o Parlamento

com a mesma responsabilidade de seu titular.

Dois dias após a posse, a presidente ocupou a tribuna e anunciou uma audiência com o ministro das Comunicações, Hélio Costa, que ocorreu no dia 26, em Brasília. Na companhia de Décio Lima, Ana Paula tratou das transmissões da TVAL em canal aberto. De acordo com a assessoria da presidente, o ministro garantiu o canal aberto e orientou que a proposta seja encaminhada à Radiobrás.

Ana Paula também apresentou dois projetos de lei: o Programa Catarina de Qualificação de Mão-de-obra Feminina e a implantação nos currículos escolares da rede estadual de disciplinas sobre a violência doméstica.

Projeto de lei para tornar estágio obrigatório

Com a finalidade de fomentar o estágio curricular para os alunos do ensino médio, os deputados Darci de Matos e Cesar Souza Júnior, ambos do Democratas, protocolaram um projeto de lei que visa à inclusão do estágio curricular opcional no ensino médio.

Segundo Darci, esta é uma providência fundamental para que os jovens estudantes tenham a possibilidade de obter recursos, a título de ajuda de custo, enquanto cursam o ensino médio e até mesmo a faculdade, podendo auxiliar suas famílias.

Exemplos

Matos informou que em Santa Catarina existem cerca de nove mil estagiários, sendo que 2,7 mil deles estão localizados em Florianópolis, vinculados ao CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola).

Destes, 15% recebem melhores propostas depois do estágio. "Nosso objetivo não é o trabalho e sim a questão educativa. Temos muitos exemplos de jovens que começaram como estagiários e se transformaram em grandes executivos".



Gelson Merísio: disputa

Uczai comemora Plano de Desenvolvimento da Educação

Os R\$ 35 milhões que serão investidos pelo Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) em Santa Catarina foram comemorados pelo deputado Pedro Uczai (PT). O pacote prevê a instalação de sete escolas técnicas em cidades-pólo do estado.

De acordo com Uczai, o plano envolve a educação básica, superior, profissional e continuada e promete uma ação conjunta entre as esferas municipal, estadual e federal. "O importante é que não são só recursos, mas também projetos. A educação é o ponto primordial

para a cidadania. E é daí que vamos começar", disse.

O parlamentar ainda apresentou outros pontos do PED, como adoção do índice de qualidade dos municípios, transporte escolar para área rural e Luz para Todos. "Todas as crianças terão oportunidades de ir à escola. Isso é muito bom. Isso garante um futuro melhor para o país. E até 2008 todas as escolas do país terão energia elétrica. É o governo federal lutando pela melhoria do país". O piso de R\$ 850 para o magistério e a duplicação de vagas nas universidades



Pedro Uczai: cidadania

públicas federais também foram apresentados pelo parlamentar.

Merísio fala sobre desapropriação de terras

A questão das áreas indígenas, reivindicadas pelo Incra, Organizações Não Governamentais e quilombolas, foi apresentada pelo deputado Gelson Merísio (DEM), no dia 24.

Há quinze dias, a disputa resultou na desapropriação de terras entre os municípios de Saudades e Cunha Porã, no Oeste do Estado, retirando de suas propriedades 270 famílias. O parlamentar relatou que nos últimos 80 anos nenhuma tribo indígena viveu

naquela localidade. Frisou que os proprietários dos terrenos possuem escrituras públicas e algumas terras foram herdadas.

Para que não haja conflito na região, Merísio sugeriu que os governos federal, estadual e municipal façam um acordo e utilizem os recursos das indenizações para aquisição de terras disponíveis. "Já que há recursos para a indenização eles podem comprar outras terras, evitando a retirada dos moradores".



Dagomar Carneiro: deferência

Carneiro relata vinda do Ministro do Trabalho

A visita do ministro do Trabalho, Carlos Lupi, ao estado, na semana passada, foi mencionada pelo deputado Dagomar Carneiro (PDT). De acordo com o parlamentar, a vinda de Lupi demonstrou sua deferência por Santa Catarina, já que foi a primeira viagem oficial que realizou.

O ministro visitou a Capital e se reuniu com o governador em exercício, Leonel Pavan (PSDB), e com o prefeito Dário Berger (PSDB). Em seguida, a comitiva se dirigiu a Criciúma para participar de várias atividades e visitas, entre elas, à prefeitura municipal e ao Sindicato dos Mineiros, onde firmou o compromisso de impedir mudanças nas leis trabalhistas que prejudiquem os trabalhadores.

PLENÁRIO

CTG Os Praianos convida catarinenses para rodeios nacional e internacional

O patrão do Centro Tradicionalista Gaúcho (CTG) Os Praianos, Almir Valério da Silva, recebeu autorização no dia 25 para, da tribuna da Assembléia Legislativa, convidar oficialmente os catarinenses a participarem do 9º Rodeio Internacional e 35º Rodeio Nacional. Os eventos acontecerão no período de 27 de abril a 6 de maio, na sede do CTG, em São José, Grande Florianópolis. Mas a abertura oficial aconteceu já no dia 21, com a tradicional Cavalgada do CTG, reunindo cavaleiros do Brasil, Uruguai, Argentina, Chile e Paraguai. O rodeio de São José já é considerado o terceiro maior evento festivo do estado.

A programação completa está no site da entidade: www.ctgospraianos.com.br.



Carlos Kilian

Plenário foi tomado pela alegria dos cavaleiros e suas prendas

Renato Hinnig anuncia destruição de CDs e DVDs

O deputado Renato Hinnig (PMDB) anunciou a destruição de 200 mil CDs e DVDs piratas



Renato Hinnig: contra a pirataria

em Joinville. O ato foi executado pelo Grupo de Combate ao Contrabando, Falsificação e Pirataria, criado em 2004, em parceria com organizações ligadas ao Conselho Nacional de Combate à Pirataria, do Ministério da Justiça.

Hinnig parabenizou o trabalho da equipe, criada quando era diretor de Administração Tributária da Secretaria da Fazenda de Santa Catarina, estado pioneiro no combate formal à pirataria e ao contrabando. "Sempre que alguém adquire um produto pirata, está contribuindo para a sonegação fiscal", alertou o deputado.

Silvio Dreveck registra aniversário de municípios

O deputado Silvio Dreveck (PP) registrou o aniversário de três mu-



Silvio Dreveck: potencial

nicipios catarinenses - Matos Costa, Rio Negrinho e Timbó Grande -, "todos com grande potencial para o desenvolvimento", afirmou.

Com 45 anos de fundação comemorados no dia 23, Matos Costa tem 3,5 mil habitantes e baseia sua economia na agricultura. Rio Negrinho completou 127 anos no dia 24. Seus 45 mil habitantes trabalham, principalmente, na indústria de móveis, cerâmica e metalurgia. Comemorando 18 anos no dia 26 de abril, Timbó Grande tem 7 mil habitantes e uma importante produção de pinus.

Décio Góes comenta visita a hospital de Tubarão



Décio Góes: credenciamento

O deputado Décio Góes (PT) comentou a visita que fez ao município de Tubarão, no dia 23, para avaliar a situação do Hospital Nossa Senhora da Conceição quanto ao credenciamento pelo SUS para tratar pacientes da oncologia. De acordo com o parlamentar, existem informações distorcidas entre a Secretaria de Estado da Saúde e Ministério Público, atrasando o processo.

A visita foi acompanhada pela senadora Ideli Salvatti (PT/SC), que se engajou na busca de uma solução, uma vez que a prestação desse serviço é fundamental para a região. "Está previsto para o próximo dia 11 de maio uma reunião entre os envolvidos para que uma solução seja encontrada", anunciou Góes.

[GABINETES]

VISTORIA DA BR-101/TRECHO SUL

Uma grande comitiva de lideranças de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul realiza, nesta sexta-feira, 27, vistoria nas obras de duplicação do trecho-Sul da BR-101, a partir de Osório (RS) até Palhoça (SC). Além de prefeitos e representantes de 24 Câmaras Municipais, também participarão da viagem representantes do DNIT, da Polícia Rodoviária Federal e do empresariado local e o deputado estadual Manoel Mota, coordenador do Fórum Permanente que acompanha a realização da obra e organizador do evento.

O ponto de partida da viagem será no município de Osório, a partir das 8 horas, e termina no início da noite no município de Palhoça. Ao todo, serão percorridos 348 km.

Audiência Pública – No sábado, os organizadores da vistoria realizam, na câmara municipal de Içara, a partir das 9 horas, audiência pública que dará prosseguimento às discussões em torno das obras de duplicação. Na ocasião, os representantes municipais poderão fazer questionamentos ao superintendente regional do DNIT, engenheiro João José dos Santos, acerca das obras em seus limites territoriais. (Nikolas Stefanovich)

PARQUE PARA JOINVILLE

Após reunir-se com o deputado Darci de Matos (Democratas), o prefeito de Joinville, Marco Antônio Tebaldi (PSDB), concordou em transformar uma área de 180 mil metros quadrados, no bairro Costa e Silva, em um parque para lazer e atividades esportivas.

Em março, o parlamentar encaminhou ofício ao chefe do Executivo de Joinville sugerindo que transformasse o terreno da família Tonemann, na rua Guilherme, em uma área de utilidade pública para futuramente construir um parque.

Mais tarde, Tebaldi reuniu-se com Darci de Matos e anunciou que irá atender o seu pedido. O deputado afirmou que esta é uma boa notícia para os moradores de Joinville, que agora terão uma área onde poderão levar a família nas horas de lazer. (Domingos Miranda)

HOSPITAIS FILANTRÓPICOS

Os hospitais filantrópicos poderão receber parte da arrecadação com multas de trânsito. A proposta é do deputado Professor Sérgio Grando (PPS) e está contemplada em projeto de lei 105/07 que prevê que 10% dos valores arrecadados pelo Estado sejam destinados a estas instituições. Com a proposição, o parlamentar pretende reduzir as dificuldades financeiras enfrentadas constantemente por estas instituições que atendem, principalmente, vítimas de acidentes de trânsito.

"A insatisfação da população com a indústria das multas já é bem conhecida. Com esta proposta de lei quero que os recursos tenham destino certo e sejam bem aplicados em benefício da própria população", pondera o deputado.

O projeto de lei vai para apreciação das comissões de mérito da Assembléia Legislativa. (Homero Gomes)

SEMANA DO ALEITAMENTO MATERNO

Alertar, principalmente as mães mais jovens, sobre o valor da amamentação é o objetivo do Projeto de Lei 80/07, apresentado pela deputada Odete de Jesus (PRB), que instituirá a segunda semana do mês de maio como a "Semana do Aleitamento Materno". A proposta obteve aprovação nas comissões de Constituição e Justiça (CCJ) e de Saúde (CS) da Assembléia e na próxima semana, provavelmente quarta-feira (2), deverá estar em Plenário para votação.

De uma forma geral os bebês alimentados no peito lidam melhor com as pressões e dificuldades da infância que os alimentados com mamadeira, justifica a deputada. "Um estudo feito na Nova Zelândia, durante 18 anos, com mais de 1.000 crianças, provou que aquelas que foram amamentadas eram mais inteligentes e tinham maior sucesso na escola e universidade", completa. (Ivan Pimentel)

CRIANÇAS DESAPARECIDAS



Ana Paula Padilha dos Santos

Nascida em 21/08/95 - Desaparecida em 13/01/03
Cidade: Lapa - PR



Osnei Ranea

Nascida em 12/08/88 - Desaparecido em 07/03/97
Cidade: Curitiba - PR



Vivian Florêncio

Nascida em 07/11/01 - Desaparecida em 04/03/05
Cidade: Curitiba - PR



Albert Felipe Rosa Sena

Nascida em 23/11/91 - Desaparecido em 20/07/06
Cidade: São Paulo - SP



Letícia Moraes de Oliveira

Nascida em 07/01/92 - Desaparecida em 09/08/95
Cidade: Iporã - PR



Bruno Gomes dos Santos

Nascido em 14/08/92 - Desaparecido em 14/04/06
Cidade: Porto Alegre - RS



Marciel Giovani Alves

Nascida em 01/01/89 - Desaparecido em 23/09/04
Cidade: Joinville - SC



Anderson Luiz Martins

Nascida em 29/05/82 - Desaparecido em 14/06/98
Cidade: Porto Alegre - RS



Camila Aparecida Lisboa dos Santos

Nascida em 19/03/95 - Desaparecida em 06/01/06
Cidade: São Paulo - SP

ORIENTAR É PREVENIR



✓ É fácil atrair uma criança oferecendo brinquedos e presentes. Diga a seus filhos que jamais aceitem agrados desse tipo vindos de pessoas desconhecidas, a menos que você autorize. Além disso, ensine a criança a não ter vergonha e a pedir ajuda sempre que os problemas forem

grandes demais para ela resolver sozinha.

✓ Demonstre à criança que pode confiar plenamente em você e que não deve se sentir culpada por alguém tê-la tocado de um modo estranho. Incentive-a a contar tudo o que acontece. O segredo e a ameaça são formas

de pressão comumente usadas por adultos mal-intencionados;

✓ Evite deixar a criança sozinha. Sua presença aumenta a sensação de segurança, reforça o vínculo de confiança e reduz os riscos.